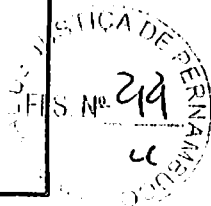




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Habeas Corpus nº: 204316-3

Comarca Origem: Paudalho – Vara única

Impetrante: *Porfírio Cavalcanti de Oliveira*

Paciente: **Sebastião Iron da Silva**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Relator substituto: Des. Alderita Ramos de Oliveira

Proc. de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

234

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. REQUISITOS PARA PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA.


1. Atendidos os requisitos da preventiva, expressamente demonstrados na decisão que decretou a segregação cautelar, fundada na garantia da ordem pública, não há que se falar em constrangimento ilegal, por ausência de fundamentação.
2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

2304

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 204316-3, da Comarca de Paudalho, em que figura, como impetrante, Porfírio Cavalcanti de Oliveira e, como paciente, **Sebastião Iron da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** de votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Habeas Corpus nº: 204316-3
Comarca Origem: Paudalho – Vara única
Impetrante: Porfírio Cavalcanti de Oliveira
Paciente: **Sebastião Iron da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator substituto: Des. Alderita Ramos de Oliveira
Proc. de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

235

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito por Porfírio Cavalcanti de Oliveira, em favor do paciente **Sebastião Iron da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Paudalho, objetivando a concessão de alvará de soltura.

Alega estar sofrendo constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência dos requisitos para a decretação da prisão cautelar, porque o paciente já prestou todas as informações sobre o ocorrido.

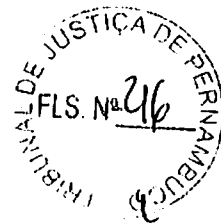
Aduz, ainda, que o paciente está convalescendo dos ferimentos sofridos, razão pela qual não representa perigo à sociedade.

Não houve pedido de liminar.

Informações da autoridade dita coatora acostadas às fls. 21/33.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



A Procuradoria de Justiça, em Parecer acostado às fls. 39/40, opinou pela denegação da ordem.

236

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Habeas Corpus nº: 204316-3
Comarca Origem: Paudalho – Vara única
Impetrante: Porfírio Cavalcanti de Oliveira
Paciente: Sebastião Iron da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator substituto: Des. Alderita Ramos de Oliveira
Proc. de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

237

VOTO DO RELATOR

Da análise dos autos infere-se que o paciente foi preso em face de decreto de prisão temporária em 19.11.2009, e, em 01.12.2009, teve a prisão preventiva decretada.

Em denúncia ofertada em 09.12.2009, o Ministério Público do Estado de Pernambuco imputa ao paciente a prática do crime de homicídio, capitulado no art. 121 do CP.

Diferentemente do que sustenta o impetrante, não vislumbro a ocorrência do alegado constrangimento ilegal.

Conforme assentado pelo magistrado *a quo*, quando da decisão que decretou a prisão preventiva, a segregação do paciente se faz necessária para garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



238

É que o crime imputado ao paciente foi cometido quando em gozo de liberdade condicional relativamente à prévia condenação pela prática do crime de tráfico de entorpecente, na mesma comarca, o que revela a periculosidade e potencialidade delitiva do paciente, sendo de ser mantida a prisão preventiva, a fim de assegurar a garantia da ordem pública.

Desse modo, atendidos os requisitos da preventiva, não há que se falar em constrangimento ilegal a ensejar a concessão da Ordem.

Por fim, no que se refere à alegação de precariedade da saúde do paciente, observa-se das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora que têm sido tomadas todas as providências necessárias para assegurar ao paciente o tratamento médico necessário, não servindo também de argumento para justificar a soltura do paciente.

Assim sendo, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta